

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 060, DE 28 DE MARÇO DE 2014.

Cria adicional de função a ser pago ao servidor designado para julgar defesa prévia nos autos de infração de trânsito e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º É criado o adicional de função a ser pago ao servidor designado para julgar defesa prévia nos autos de infração de trânsito.

§ 1º O adicional de função será concedido pelo Prefeito Municipal, através de Portaria por tempo determinado.

§ 2º O valor estabelecido para o adicional de função é de 50% (cinquenta por cento) do vencimento do padrão do servidor para desempenhar a função.

Art. 2º O adicional de que trata esta Lei não incorporará ao vencimento do servidor e as licenças previstas no Estatuto do Servidor Público de Eldorado do Sul, cessando o pagamento, quando cessar a atividade na função.

Art. 3º A presente lei terá vigência até 31/03/2015.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Conta 558 – Crédito Orçamentário – 01 Ordinário; Órgão: 11 – Secretaria dos Transportes e Trânsito; Unidade Orçamentária: 11.01 – Secretaria dos Transportes e Trânsito; Funcional: 041220002 – Administração; Projeto/Atividade: 208700 – Manutenção das Atividades da Secretaria dos Transportes e Trânsito; Natureza da Despesa: 3.1.90.11.00.00.00 – Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; Recurso: 0001 – Livre.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 28 de março de 2014.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

FABIANA DA SILVA KRASCHEFSKI
Secretária de Administração

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei nº 060, de 28 de março de 2014, que: *“Cria adicional de função a ser pago ao servidor designado para julgar defesa prévia nos autos de infração de trânsito”*

A presente proposta tem por objetivo conceder uma vantagem ao servidor designado na referida função, tendo em vista que há apenas um servidor exercendo esta atividade na municipalidade, pois o DETRAN fornece senha para acesso no sistema de gerenciamento de multas apenas para um servidor.

Ainda, constatou-se um grande aumento de autuações no Município com o Projeto Balada Segura, o que está demandando um grande esforço do servidor designado para a função.

Cremos que assim estaremos estimulando o servidor designado a desempenhar com a maior eficiência a execução da louvável função.

Por fim, salienta-se que, nos termos do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), torna-se desnecessária a realização de estimativa de impacto orçamentário financeiro para a criação do adicional em tela, posto que a despesa será por tempo determinado e inferior a 2 (dois) anos.

Sendo assim e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal